

TRAJETORIA HISTÓRICA DAS ESCOLAS TÉCNICAS DO RIO GRANDE DO NORTE E SUA EXPANSÃO.

Antunes França Eduardo

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

antunesfilho1@hotmail.com

Bruna Tavares de Moraes

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Bruna_100j@hotmail.com

Adriano Lucena de Góis

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

lucenaadriano@hotmail.com

RESUMO: Nesse artigo, delinea-se a trajetória histórica acerca das Escolas Técnicas do Rio Grande do Norte, onde a sua expansão começou quando o então presidente Nilo Peçanha decretou a abertura das escolas de aprendizes e artífices, A Escola de Aprendizes Artífices de Natal, inaugurada em 3 de janeiro de 1910. Foi então a partir desse momento que o ensino profissional e técnico passou a ser considerado essencial para a expansão da economia, até chegar aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologias-IFRN que se encontram espalhados pelo estado. Com base na criação das primeiras escolas técnicas as mudanças da Ciência e da Tecnologia se processavam de maneira vagarosa, o ensino profissional esteve voltado ao desenvolvimento das capacidades específicas, vinculado a uma determinada tarefa ou posto de trabalho. A Educação Profissional Tecnológica assume cada vez mais importância, como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade. O objetivo dessa pesquisa é uma investigação acerca da trajetória das escolas técnicas no Rio Grande do Norte desde das Escola de Aprendizes Artífices até a atualidade que são os Institutos Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN e sua expansão e interiorização no contexto atual das Escolas Técnicas e sua importância para fomenta o desenvolvimento socioeconômico local e regional. Para efetivação dessa investigação realizamos uma pesquisa bibliográfica, através da qual foram consultadas literaturas relativas ao tema em estudo, a partir de artigos e livros publicados sobre o tema em questão.

Palavras-chave: Escolas Técnicas, História da Educação, Ensino Técnico.

1. INTRODUÇÃO

A educação de nível técnico era mal vista no Brasil desde o início da colonização. Para Rodrigues (2002) o poder na sociedade colonial estava nas mãos dos grandes produtores e de seus familiares e logo abaixo vinham os artífices, mecânicos e tecelões. No entanto, quando essas profissões foram ensinadas para os escravos, o prestígio das atividades manuais caiu vertiginosamente. Durante a estadia da Família Real Portuguesa no Brasil (1808-1821) e no Primeiro Reinado (1822-1831) ocorreram tentativas de desconstruir a imagem do trabalho manual como “atividade de escravo”, assim como de abrir escolas que oferecessem esse tipo de formação. Em 1830, “[...] foi apresentado ao Congresso um projeto que instituiria o ensino profissional no país, em todo distrito com mais de 100 residências” (RODRIGUES, 2002, p. 54). Infelizmente a iniciativa não foi aprovada e, somente no início do século XX a ideia de uma rede nacional de ensino técnico ressurgiria com êxito.

O embrião das escolas de aprendizes artífices surgiu no estado do Rio de Janeiro, durante a gestão de Nilo Peçanha (1903-1906). A partir desse momento, o ensino profissional e técnico passou a ser considerado essencial para a expansão da economia e passou a se basear nas escolas técnicas dos países industrializados.

A partir daí as mudanças da Ciência e da Tecnologia se processavam de maneira vagarosa, o ensino profissional esteve voltado ao desenvolvimento das capacidades específicas, vinculado a uma determinada tarefa ou posto de trabalho. Sob essas bases, a formação geral esteve caracterizada desde pelo seu completo abandono até pela sua brevidade de complementação para dar vez aos estudos mais técnicos, sendo praticamente decretada a falência das Ciências Humanas como possibilidade de formação profissional.

Em 23 de setembro de 1909 por força do Decreto Presidencial nº 7.566, foram criadas as 19 “Escolas de Aprendizes Artífices”. Distribuídas por todo o território nacional, que tinham como missão oferecer aos menos favorecidos qualificação que lhes possibilitassem o afastamento da marginalidade e o ingresso no mercado de trabalho.

Para isso se tornava necessário, conforme justificativa apresentada no Decreto nº 7.566/1909 que diz: não só habilitar “os filhos dos desfavorecidos da fortuna” com o indispensável preparo técnico e intelectual, mas também fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastasse da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909). O decreto, ainda estabelecia a criação das Escolas de Aprendizes Artífices como um dever do Governo da República no intuito de formar cidadãos úteis a Nação.

Nesse contexto, foi, a partir do Decreto nº 7566/1909, que a Escola de Aprendizizes Artífices foi instalada em Natal (RN).

A Escola de Aprendizizes Artífices de Natal, inaugurada em 3 de janeiro de 1910, de acordo com o decreto de criação, cabia:

[...] formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas quando possível, as especialidades das indústrias locais (BRASIL, 1909).

Hoje a Educação Profissional Tecnológica, vive um momento ímpar na sua história, onde acumulou uma experiência significativa, experimentou as mais diversas mudanças no intuito de aproximar-se, ainda mais, das necessidades do cidadão e do mundo de trabalho.

A Educação Profissional Tecnológica assume cada vez mais importância, como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade. O objetivo dessa pesquisa é uma investigação acerca da trajetória das escolas técnicas no Rio Grande do Norte desde das Escola de Aprendizizes Artífices até a atualidade que são os Institutos Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN e sua expansão e interiorização no contexto atual das Escolas Técnicas.

2. METODOLOGIA

Para efetivação dessa investigação realizamos uma pesquisa bibliográfica, através da qual foram consultadas literaturas relativas ao tema em estudo, entre elas livros de autores como Cunha (2005), Gomes (2003) e Brandão (1999), além de artigos publicados em revistas eletrônicas.

Segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica é elaborada como base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto. Dessa maneira, procura explicar e discutir, com base em referenciais teóricos publicados em livros, revistas periódicas entre outros, questões científicas que versam sobre determinado tema. (GONÇALVES, 2010).

Portanto, como reforçam Marconi e Lakatos (1992), a finalidade da pesquisa bibliográfica é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na

manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

3. HISTÓRICO DAS ESCOLAS TÉCNICAS DO RIO GRANDE DO NORTE: EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO.

O ensino técnico no Rio Grande do Norte surge concomitantemente com o ensino técnico no âmbito nacional quando foram criadas as 19 Escolas de Aprendizes Artífices, dentre as quais estava a de Natal, instalada em janeiro de 1910 no antigo Hospital da Caridade, situado à rua Presidente Passos no bairro Cidade Alta, como mostra a Figura 1.

Figura 1: Prédio da Escola de Aprendizes Artífices de Natal-RN



Fonte: <<http://centenario.ifrn.edu.br/cronologia>>

Com o intuito de formar operários e contramestres, a Escola de Aprendizes Artífices de Natal começou suas atividades oferecendo dois cursos noturnos: primário, obrigatório para que não soubessem ler, escrever e contar, e outro de desenho, também obrigatório, para os alunos que necessitassem dessa disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprendiam. Havia também as oficinas de trabalho manual ou mecânico que funcionavam durante o dia. Eram as oficinas de sapataria, de marcenaria, de alfaiataria, de serralheria e de funilaria.

Para a oferta do ensino profissional primário gratuito, a Escola de Aprendizes Artífices de Natal contava com uma equipe formada por um diretor, um escriturário, mestres de oficinas e um porteiro contínuo. Sendo admitidos meninos com idades entre 10 e 13 anos. Os meninos admitidos na escola escolhiam uma das oficinas para obterem formação profissional. Os artefatos produzidos nas oficinas poderiam ser vendidos, mas parte deles eram anualmente expostos com o objetivo segundo BRASIL (1909) “julgamento do grau de adiantamento dos alunos e distribuição dos prêmios aos mesmos”.

No entanto, em 1942, cinco anos depois dessa mudança, os Liceus tornaram-se Escolas Técnicas Industriais. Essas escolas tinham por obrigação oferecer em nível secundário o ensino profissional, possibilitando aos alunos formados nos cursos técnicos a ingressarem no ensino superior.

A cultura escolar do Liceu Industrial de Natal foi marcada pela prática esportiva. Para a quadra de esportes do Liceu concorriam clubes de voleibol e basquetebol de Natal. Os torneios mobilizavam não somente os alunos, mas a comunidade escolar que afluía para torcer pelos times e prestigiar o evento de cunho socioeducativo. Essa efervescência de atividade na escola estimulava a socialização e a aproximação escola-aluno.

O Liceu Industrial de Natal, se instalou no prédio da Avenida Rio Branco que ostenta opulência e estética nos seus traços arquitetônicos simétricos. A construção, atualmente reformada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN para funcionar o Memorial da Educação Profissional e o Campus Avançado da Cidade Alta, como mostra a figura 2.

Figura 2: Escola Industrial de Natal-RN, atual Campus Avançado da Cidade Alta-IFRN



Fonte: <<http://www.tribunadonorte.com.br>>

A Lei Orgânica do Ensino Industrial tinha por finalidade formar profissionais aptos ao exercício de ofícios e técnicas nas atividades industriais; dar aos trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados, uma qualificação profissional; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados a divulgar conhecimentos de atualidades técnicas. Os cursos industriais passavam a receber alunos com a formação primária completa para cursarem os cursos industriais de duração de quatro anos. Com isso, não só a dinâmica formativa da escola foi alterada, mas também sua denominação que deixava de ser Liceu Industrial de Natal para tornar-se Escola Industrial de Natal.

A instalação da Escola Industrial de Natal segundo Le goff (1996) constitui patrimônio histórico da cultura material, elemento importante para compreender a história da educação profissional brasileira. Espaços físicos semelhantes, quando preservados, possibilitam o cultivo da memória viva de um período histórico, de forma que esses lugares assumem a função de documento-testemunho.

Em 1967, a Escola Industrial de Natal passou a ocupar a instalação da nova sede localizada na avenida Senador Salgado Filho, no bairro do Tirol, onde hoje funciona o Campus Natal Central do IFRN, como mostra na figura 3. A mudança para Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte ocorreu em 1968.

Figura 3: Escola Técnica do Rio Grande do Norte-ETFRN



Fonte: <<http://centenario.ifrn.edu.br/cronologia>>

A partir de então, os cursos industriais básicos foram sendo substituído pelo ensino profissionalizante de 2º grau. O ingresso de estudantes do sexo feminino em 1975 se configurou num evento importante, tendo em vista que, até então somente o sexo masculino tinha acesso à escola.

Em 1994, inicia-se o processo de "cefetização" da ETFRN, culminando, em 1999, com sua transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), cujos desafios incluíam a oferta de educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, além do ensino médio, que contou apenas com uma unidade do ensino técnico profissionalizante, sendo essa localizada em Natal-RN. Nesse mesmo período desse processo surge na cidade de Mossoró-RN, segunda maior cidade do estado do Rio Grande do Norte, a primeira Unidade de Ensino Descentralizada - UNED da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte - ETFRN, contemplada pela política de interiorização da educação profissional.

Doze anos depois, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), dá início à 1ª fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, implantando, em 2006, três novas Uneds: Zona Norte de Natal-RN, Ipangaçu-RN e Currais Novos-RN.

A segunda etapa da expansão começou em 2007, com a construção de outras seis unidades pelo interior do estado do Rio Grande do Norte, nos municípios de Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó. Essas escolas foram inauguradas em 2009, sob uma nova institucionalidade – em vez de unidades descentralizadas de ensino do Cefet-RN elas já nasceram como campi do novo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Ainda nesta fase da expansão, foram construídos os campi de Natal-Cidade Alta em Natal-RN, Nova Cruz-RN, Parnamirim-RN e São Gonçalo do Amarante-RN. Paralelamente ao plano de expansão física, o Instituto investiu também na criação do Campus de Educação à Distância, que funciona nas instalações do IFRN Campus Natal-Central.

Com o lançamento da 3ª fase da expansão, o interior do estado do Rio Grande do Norte foi beneficiado, a partir de 2013, com mais cinco campi: Ceará-Mirim, Canguaretama, São Paulo do Potengi, Lajes e Parelhas. Na atualidade são 20 Institutos Federais localizados nas mais diversas microrregiões do estado, conforme pode ser visto no quadro 1.

Quadro 1.
Institutos Federais do Rio Grande do Norte

Campus	Ano de Criação	Fase de expansão	Microrregião
Apodi	2007	II	Chapada do Apodi
Caicó	2009	II	Seridó Central
Canguaretama	2013	III	Litoral Sul
Ceará Mirim	2013	III	Macaíba
Currais Novos	2006	I	Seridó Oriental
Ipanguaçu	2006	I	Vale do Açu
João Câmara	2007	II	Baixa Verde
Lajes	2013	III	Angicos
Macau	2007	II	Macau
Mossoró	1994	-	Mossoró
Natal-Cidade Alta	2009	II	Natal
Natal Zona Norte	2007	II	Natal
Nova Cruz	2009	II	Agreste Potiguar
Parelhas	2014	III	Seridó Oriental
Parnamirim	2010	II	Natal
Pau dos Ferros	2009	II	Pau dos Ferros
Santa Cruz	2007	II	Borborema Potiguar
São Gonçalo do Amarante	2011	III	Macaíba
São Paulo do Potengi	2013	III	Agreste Potiguar

Fonte: Portal do Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Ao todo, são 109 cursos oferecidos, nas áreas de Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Produção Industrial e Recursos Naturais.

É importante destacar que a oferta de cursos ocorre em consonância com um dos objetivos de implantação dos IFs. Isto é, oferecer cursos que respondessem positivamente às demandas dos arranjos produtivos locais, demonstrando a relação clara do processo de expansão dessas instituições com o setor produtivo.

A Instituição oferece também, para a comunidade acadêmica, programas de iniciação científica e tecnológica; de extensão; de fomento a projetos de pesquisa e inovação; e de incubação de empresas. Estes programas são executados com recursos próprios e de agências de fomento (CNPq, CAPES, FAPERN, FUNCERN, Petrobrás, entre outros), permitindo a difusão da produção científica em eventos, mostras tecnológicas e na publicação de artigos em periódicos especializados no Brasil e no exterior.

4. CONCLUSÃO

Concluimos que a política de expansão e interiorização dos Institutos Federais, mereça o reconhecimento de sua importância para o avanço da ciência, da técnica e da informação em áreas que até então contavam apenas com o ensino médio e fundamental, poucas opções eram oferecidas aos jovens que atingiam a condição de ingressarem no ensino universitário, ou almejassem uma qualificação técnica.

Assim, pode-se afirmar que o objetivo da expansão, ampliação, interiorização e consolidação da rede de Institutos Federais, está sendo plenamente atingido de acordo com um dos objetivos propostos pelas políticas, qual seja o de fomentar o desenvolvimento socioeconômico local e regional, e assim contribuir com a redução das desigualdades sociais e regionais

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. **Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito.** Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 01 de Agosto de 2018

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

BRANDÃO, Marisa. **Da arte do ofício à ciência da indústria: a conformação do capitalismo industrial no Brasil vista através da Educação Profissional.** Boletim Técnico do SENAC. RJ, v.25, n.3, set/dez 1999: 17-30.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Liana Souza Vasconcelos. **A família e o portador de transtorno mental: estabelecendo um vínculo para a reinserção à sociedade.** 2010. 28 p. Curso de especialização em atenção básica em saúde da família)- Universidade Federal de Minas Gerais , Minas Gerais,

2010.Disponível em:<<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2405.pdf>>.
Acesso em: 01 Agosto de 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

GOMES, Luiz Cláudio Gonçalves. **As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na Velha República**. Vértices, Campos-RJ, n.3, 2003, p. 53 – 79.

SOARES, Manoel de Jesus. **As escolas de aprendizes artífices: estrutura e evolução**. In: Forum Educacional, RJ, FGV, 6(3), jul/set 1982, pp. 58-92.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua “**História do ensino industrial no Brasil**”. In: Revista Brasileira de História da Educação n° 4 jul./dez. 2002.

QUELUZ, Gilson Leandro. **O contexto de surgimento das escolas de aprendizes artífices**. In: **Concepções de ensino técnico na República Velha 1909-1930**. Curitiba: CEFET-PR, 2000, pp. 17-32.